

Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE*

Waldefrankly Rolim de Almeida Santos & Maria Augusta Mundim Vargas

Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

wrolim@hotmail.com

(Recebido em 30 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

O objetivo deste artigo é introduzir, de forma simplificada, algumas considerações sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju a partir das apropriações feitas por alguns historiadores ao construí-la teoricamente, bem como a partir da observação da legislação traçada para a cidade em seus primeiros anos. Pretende-se, com isso, (1) visualizar as bases contemporâneas de que partem muitos dos entendimentos existentes sobre o desenvolvimento urbano atual da cidade, além de (2) contribuir para a uma maior abordagem da dicotômica relação entre sociedade-natureza na experiência urbana aracajuana.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano; historiografia; apropriações; Aracaju

The objective of this article is to introduce, in a simplified form, some considerations on the urban development of the Aracaju city from the appropriations made for some historians when constructing it theoretically, as well as from the comment of the legislation traced for the city in its first years. It is intended, with this, (1) to visualize the bases contemporaries of whom they break many of the existing agreements on the current urban development of the city, beyond (2) contributing for the one bigger boarding of the dicotomical relation between society-nature in the aracajuana urban experience.

Keywords: Urban development; historiography; appropriations, Aracaju

1. INTRODUÇÃO

Ao explorarmos a perspectiva do desenvolvimento nos estudos referentes à cidade de Aracaju do passado, pretendemos construir uma discussão que não se localiza estritamente no passado, mas refere-se, antes de tudo a uma compreensão um pouco mais contemporânea, muito próxima de uma nova ética na relação sociedade e natureza: a perspectiva ambiental.

A ação humana sobre o espaço físico aracajuano tem sido objeto de análise de diversos autores, seja no âmbito das ciências humanas ou sociais, como a geografia e a sociologia, ou mesmo no âmbito de uma história da cidade de Aracaju. Nesse sentido, contribuições valiosas têm colocado a cidade no centro das atenções dos pesquisadores nesses 151 anos que se passaram desde sua fundação. Muitos deles sentiram-se atraídos pelas peculiaridades da história de Aracaju, e dedicaram-se à análise de diversos aspectos da construção e crescimento da cidade. Contudo, os discursos, com algumas exceções, têm se repetido. A identificação da ausência de uma dimensão urbano-ambiental nessas pesquisas tem sido, por outro lado, compensada por uma forte valorização da idéia de progresso. Assim têm-se o entendimento de que

Na relação espaço/sociedade, o primeiro cumpre, como elemento físico, duas funções básicas: a de objeto da atividade humana (recursos naturais) e a de suporte dessa mesma atividade (meio ambiente). Entretanto, é importante diferenciar as formas espaciais, como objetos inertes pertencendo ao mundo das coisas, do homem, sujeito da história. Daí não se poder falar de práticas nem de estruturas espaciais. Como produto material dos processos sociais, o espaço modificado faz parte da totalidade relacional, que se denominou estrutura, mas só quando serve de referência para a ação social. (BARRIOS,1986, p.2)

Uma forte perspectiva teleológica perpassa a concepção de progresso, sobretudo no âmbito dos teóricos da cidade. Um referencial de modernidade e/ou um modelo de civilização estão sempre intrinsecamente vinculados a essa perspectiva de progresso. Em outras palavras, muitos

pesquisadores acreditavam que o desenvolvimento de Aracaju atingiria um fim civilizatório (na última das perspectivas contemporâneas), ou alcançaria a modernidade (outro fim a que se dirigia o progresso).

Nesse sentido, o meio ambiente aracajuano (suporte da atividade humana) aparece nos tratados teóricos sobre a cidade, repleto de contradições. A idéia de domínio da natureza é, ao longo das análises, justificada na idéia de progresso e desenvolvimento. (Barboza, 1992; Dantas, 1999, 2004; Campos, 1948; Fortes Neto, 1955; Santos, 1999; Sebrão Sobrinho, 1955; Wynne, 1970).

O objetivo deste artigo é introduzir, de forma simplificada, algumas considerações sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju a partir das apropriações feitas por alguns historiadores ao construí-la teoricamente, bem como a partir da observação da legislação traçada para a cidade em seus primeiros anos. Pretende-se, com isso, (1) visualizar as bases contemporâneas de que partem muitos dos entendimentos existentes sobre o desenvolvimento urbano atual da cidade, além de (2) contribuir para a uma maior abordagem da dicotômica relação entre sociedade-natureza na experiência urbana aracajuana.

2. DESENVOLVIMENTO

Porto-Gonçalves (2004) nos chama a reavaliar o conceito de desenvolvimento. Antes, porém, ele mostra como a idéia de desenvolvimento tem sido compreendida como etapa para o progresso, em que o padrão cultural para este é moldado no padrão cultural europeu. Segundo esse autor, quando aplicado a países ditos em desenvolvimento, modernização sempre foi colonização.

Gerald Caiden e Geraldo Caravantes (1988, p. 23) afirmam que, nesse contexto, "o planejamento do desenvolvimento [foi], em grande parte, planejamento econômico, pouca preocupação havendo com equidade, justiça ou bem estar social, ou com outros fatores não econômicos, isto é, o que era melhor para os ricos, tinha que ser melhor para os pobres". Desta forma, para esses autores, o pensamento que prevaleceu foi o de que "a natureza deveria ser conquistada e domada e o universo remodelado, para servir aos seres humanos" (Caiden; Caravantes, 1988, p.20). Dois conflitos podem ser apontados nesse modelo de desenvolvimento: progresso versus natureza; civilização versus barbárie.

A idéia de progresso esteve, de certa maneira, estreitamente ligada ao projeto de civilização. O pensamento que prevaleceu foi o de que o desenvolvimento conduziria ao progresso, e que progresso era o que todos almejavam para permanecerem civilizados. Progresso e desenvolvimento soaram, também, como sinônimos de crescimento, sobretudo no âmbito econômico e das transformações materiais.

Tais considerações sobre a relação sociedade, natureza e desenvolvimento, não só podem ser constatadas nas construções das narrativas teóricas sobre a cidade de Aracaju, como nos permitem avaliar as perspectivas que seus estudiosos seguiram para estruturá-las.

Em alguns campos do conhecimento, especialmente dentro das ciências humanas, a exemplo da história (particularmente em trabalhos regionais e locais), tais estudos, ainda que muito importantes, têm remetido a profundidade dessa relação à condição de estudos marginais, priorizando uma abordagem das transformações históricas sob a valorização da idéia de progresso, com uma forte compreensão de desenvolvimento ligado a uma concepção evolucionista e teleológica. Nessa perspectiva, sociedade e natureza aparecem como elementos opostos e distintos. Dentro da tradição histórica essas preocupações com a relação sociedade, natureza e desenvolvimento são recentes e correspondem a demandas contemporâneas. Elas têm se inscrito em áreas de especialidades novas como a história ambiental.

A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravadas por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda "disposição" dos colonizadores simplórios; a destruição da natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial, as mazelas urbana e industrial, que levam à poluição

do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante. (WORSTER, 1991, p. 200).

Tanto a história ambiental, quanto a história cultural nos permitem reunir temas antigos e analisá-los a luz de problemas contemporâneos. Sobre a historiografia sergipana, Terezinha Oliva fez um balanço das produções, afirmando que dentre o seu conjunto,

Aracaju constitui um tópico especial. Pode-se dizer que ela é, de longe a nossa cidade "que mais tem história". É por outro lado, porque a nova capital assumiu desde a sua fundação o caráter de um desafio, de um ponto focal no qual Sergipe empenhou toda a sua energia, até que se tornou num termômetro do Estado - da sua economia, do seu índice de modernidade, da sua projeção. (OLIVA, 2002, p.113)

A historiografia aracajuana tem reforçado a idéia de que o maior desafio nos primeiros anos da cidade foi vencer os obstáculos do terreno, das suas características ambientais, geográficas; e implementar o modelo de composição espacial planejado pelos cálculos da engenharia de Sebastião Pirro. Grande parte dessas idéias decorre da aceitação das leituras das fontes históricas do período. Dentre elas, algumas resoluções contra a localização da nova capital apontavam, na época da transferência, a cidade de Aracaju como uma "praia deserta e inabitável por suas contínuas epidemias [...] o estéril, insalubre e arenoso Aracaju".

Correspondem as visões dos são cristovenses contra a mudança da capital para a cidade de Aracaju. São resoluções apresentadas ao presidente da província e ao imperador pela câmara de São Cristóvão em 28 de fevereiro de 1855. (ALMEIDA, 2002). Existiram diversas narrativas com esse teor, sobre a natureza do espaço indicado para nova capital o que levou a entender a fundação de Aracaju como um ato de heroísmo, ou como uma missão quase impossível.

O historiador José Calazans Brandão da Silva chegou a expressar-se nesses termos:

[...] começava o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. Foi uma luta heróica do homem contra o meio físico, esta que se travou nas praias do Aracaju. Houve quem dissesse - e com toda a razão - que o habitante da cidade de Inácio Barbosa repetiu a façanha do holandês: conquistou sua terra, tomando-a como a dos filhos da Holanda; mas combatendo, dia a dia, palmo a palmo, contra a água parada, estagnada, traiçoeira. Água ruim, cujo descrédito os sancristovenses proclamavam. (SILVA, 1992, p.81)

Um outro historiador da cidade utilizou a expressão "Sultana das Águas" e "Arenópolis" para denominar a cidade de Aracaju em seus primeiros anos, por conta das quantidades de águas e dunas que possuía no período. (SEBRÃO SOBRINHO, 1955).

De fato, tais afirmações sobre a natureza do espaço aracajuano em 1855 não são totalmente inverídicas, não obstante, o historiador Aurélio de Vasconcelos Almeida faz uma crítica a essas visões generalizantes. Segundo ele "alguns historiadores as interpretaram no sentido absoluto do termo e entenderam que em 1855, na realidade, as praias do Aracaju era um deserto onde ninguém ousara jamais residir" (Almeida, 2002, p 181). De acordo com o autor, a própria Câmara de São Cristóvão mandou logo para o referido terreno o Arquivo Provincial, o que se pode deduzir que existiu exagero na imagem que se criou da nova capital. Essas contradições não foram percebidas por muitos historiadores.

Todavia, para se construir a cidade e para que seu modelo conseguisse se sustentar, diante das muitas visões que se tinha da nova capital, o governo provincial elaborou estratégias para conseguir atrair novas construções para cidade, bem como para acelerar o ritmo dos aterramentos. Segundo resolução provincial de 1856 "o presidente da província adiantou a alguns empregados públicos provinciais um ano de seus ordenados para a edificação de casas para habitarem", conforme Resolução nº 444 de 26 de agosto de 1856. Por sua vez, a Resolução nº 430, de 31 de julho de 1856, isenta da Décima Urbana por espaço de dez anos os prédios compreendidos na cidade do Aracaju, cuja edificação fosse concluída até o ano de 1861.

Retomando as afirmações de Silva (1992), as águas foram um incômodo para os novos moradores da cidade e um desestímulo para aqueles que desejavam habitá-la, uma vez que existiam muitas águas, mas poucas serviam para o consumo humano. De modo geral, assustavam-os a possibilidade de contrair cólera ou febre amarela. Entretanto,

[...] não se devia imputar o papel de vilão apenas à Natureza. Havia também "causas sociais" da insalubridade, que se evidenciavam na superlotação, na insuficiência de ventilação e na pouca insolação das habitações; na sujeira dos logradouros públicos; [...]. Como esses "fatores sociais" reforçavam a ação dos "fatores naturais" de infecção, era preciso combater tanto uns quanto outros, razão pela qual difundiu-se, a partir dessa época, um tipo de reflexão médica de caráter nitidamente "ecológico", que buscava identificar toda a cadeia de fatores responsáveis pela insalubridade dos lugares, e que se materializou na elaboração das chamadas geografias e topografias médicas. (ABREU, 1996, p. 161)

Construir uma infra-estrutura básica para garantir a moradia era um desafio diante dos elementos naturais e dos poucos recursos que a economia provincial possuía. Todavia, necessitava-se garantir que a cidade não fugisse ao modelo traçado. Na busca pelo desenvolvimento, os gestores da cidade aracajuana elaboraram uma série de instrumentos legais que tentaram dar condições para que ela se sustentasse enquanto espaço urbano, enquanto cidade e capital. Dentre esses instrumentos, as posturas e os códigos de posturas foram inicialmente os que garantiram a gestão da cidade e seu uso pelos diversos grupos que se estabeleceram em Aracaju.

Preocupações com as edificações, com a escassez e com a poluição das águas potáveis, assim como com a destinação do lixo, figuraram desde os primeiros anos da cidade. Problemas esses que de alguma forma, e, em outro contexto, estão presentes nas discussões atuais sobre a cidade.

As primeiras posturas da cidade de Aracaju vieram pela resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856. Depois dessas, várias outras surgiram, de acordo com as demandas da cidade, na medida em que ela crescia. Podemos perceber o teor dessas leis ao lermos o artigo 7º da referida postura, que diz "o indivíduo que deitar nas cacimbas, ou fontes, imundícies, ou qualquer objetos que infeccionem, ou corrompam a água, será multado em 10\$ réis e o dobro nas reincidências, e não pagando a multa, sofrerá oito dias de prisão". Elementos penais permeavam todos os artigos dos códigos.

A historiografia sergipana tem corroborado com a idéia de que, a partir das duas primeiras décadas do século XX, Aracaju conseguiu se impor como cidade atrativa para moradia, período esse de grandes transformações urbanas favorecidas pelo capital gerado pelo processo de substituição de importações iniciado em decorrência da 1ª Guerra Mundial (1914/18), e graças ao qual grande parte do modelo urbano projetado para Aracaju foi concretizado. A partir da década de 1910, quando Aracaju foi se tornando o município mais importante do estado, sua indústria têxtil passou a constituir a segunda principal exportadora. (DANTAS, 1999, p.48).

Não só aumentaram os serviços na capital, como também nela se concentrou o maior número de indústrias do estado, sem contar o fluxo de migrações a partir de 1920. Ibarê Dantas (1999, 2004) não está sozinho, essa mesma visão é encontrada em: Campos (1949); Santos (1999); Barboza, (1992), Passos Subrinho (1987). Podemos entender, ao lê-los, que grande parte da população que não conseguiu se estabelecer na cidade se concentrou ao seu redor, formando bairros populares onde dificilmente a legislação conseguiu ser aplicada, constituindo-se assim, uma outra face da construção do urbano.

Aplicadas à construção da cidade de Aracaju, as apropriações e práticas do primeiro modelo de desenvolvimento pelos vários grupos sociais presentes na cidade conduzem a representações conflitantes que se estabeleceram nas formas de uso (práticas dentro do que foi legalmente estabelecido) e contra-usos (práticas fora do que foi definido legalmente que se opõem à representação hegemônica).

Diante disso, podemos pensar que o caso aracajuano se situa em uma dimensão mais ampla, na da projeção baseada no ideário de uma cidade capital, e como tal, pautada em um modelo pensado com base em uma lógica universal e abstrata. O que levou Heliana Salgueiro (2001, p.23) a afirmar que "a transferência de modelos, tema da atualidade na história do urbanismo,

supõe uma reflexão atenta as modalidades e aos graus diversos de apropriação em cada país, especialmente no caso do modelo hausmanniano”.

Nesse sentido, a cidade passa antes por uma construção na ordem do ideal, auxiliada pela razão técnica, que funda sua lógica na compreensão da cidade capital como espaço de fluxos de circulação, acessibilidade, fluidez e centralidade. As cidades de uma lógica como essa, a partir dos importadores desses modelos, não só fundam novas leituras da cidade a partir da apropriação que dela fazem, como também, marca uma concepção utilitária da cidade e estabelece um conflito entre a função e a visualidade.

A ênfase dada a visualidade, e de certa forma, sua vinculação a legislação traçada para a cidade de Aracaju, no período de sua fundação, intensificou os conflitos entre os grupos sociais, levando muitos a fugirem do modelo ideal e a comporem uma outra alternativa de consumo dos espaços. Nesse sentido, as tentativas de infração de postura, os desvios de conduta e as práticas definidas como ilegais no período, aqui classificadas como contra-usos, passaram antes por formas de apropriação de um mundo ideal, e uma reorganização ao seu modo. Assim, é possível partilhar da idéia de Leite (2001, p.231) ao afirmar que: "transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade. [como também] nenhuma cidade excessivamente planejada e controlada segue invariavelmente o modelo que a gerou". Nesse contexto, a relação sociedade e natureza é alterada.

Ao tratarmos das leis no Brasil, abre-se um problema: o que está escrito, ou seja, formalizado, materializado na documentação oficial não corresponde efetivamente às práticas. Não obstante,

da mesma forma, as representações constituídas sobre o urbano podem, também, corresponder ou não aos códigos iniciais e às intenções dos seus construtores [..]. Por exemplo, as construções e espaços do poder público podem obedecer a uma intencionalidade enquanto projeto e concepção, distante das referências simbólicas que o seu uso e consumo elaboram. Ou seja, enquanto formuladores de propostas para a cidade, os urbanistas e arquitetos atribuem uma função e sentido a seus projetos, que poderão se distanciar em muito das construções simbólicas feitas pelos usuários daquele espaço transformado. (PESAVENTO, 1995, p.286)

Por sua vez, os conteúdos das leis são importantes para entendermos quais os debates principais que envolveram a cidade e quais as estratégias construídas para se gerenciar alguns dos seus problemas urbanos. Quando confrontadas com outros documentos, essa legislação nos possibilita enxergar além das determinações legais, o que nos permite entender os conflitos de representação decorrentes das variadas apropriações e práticas desenvolvidas pelos diferentes grupos de interesses envolvidos na construção do urbano na cidade de Aracaju, como também nos autoriza a compreender a evolução dessa legislação. Entendidas sobre as perspectivas dos estudos urbanos, tais considerações não se distanciam das contradições que o binômio sociedade/natureza suscita, sobretudo, quando tais estudos se situam, temporalmente, entre os séculos XIX e XX.

Ao tentarmos entender essa legislação, nos esbarramos na tese, sustentada por Adriana Nogueira (2006, p. 146) de que a cidade de Aracaju não foi uma cidade planejada, mas sim projetada. Segundo a autora:

Não se pode falar de uma cidade planejada, pois o planejamento, de modo abrangente e sem definições complexas, requer além de um traçado urbano definido, uma projeção de onde estariam localizadas as principais atividades, de acordo com a importância econômica e social local, uma previsão de possíveis correntes migratórias, de diferentes classes sociais, reflexos de um contexto regional. No caso de Aracaju, a cidade recém-construída deveria ser pensada em função de suas cidades próximas e de um raio de abrangência econômica, chegando a Salvador e Maceió (semelhante ao que hoje se denomina de polarização) o que não aconteceu. (NOGUEIRA, 2006, p. 146)

Nessa lógica, qual seria o papel das primeiras legislações traçadas para a cidade de Aracaju se não fosse para garantir o que foi planejado? Teria portanto um caráter pautado na visualidade apenas sem nenhum compromisso com modelo?

A visualidade, ou seja, a perspectiva estética, no tocante ao desenvolvimento aracajuano sempre esteve presente nas primeiras legislações, como também esteve uma das lógicas na qual se fundou inicialmente o desenvolvimento aracajuano, a lógica da cidade capital enquanto racionalidade técnica a permitir a circulação, o fluxo, a acessibilidade e velocidade, não só sob o aspecto de uma centralidade política, como também na sua inserção em um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo.

Nesse sentido, a lógica de ocupação dos espaços na cidade de Aracaju obedeceu muito pouco a uma preocupação com o patrimônio ambiental urbano, possibilitando o início de uma tradição de ocupação do espaço com base nos aterramentos, priorizando os aspectos da visualidade em detrimento da qualidade de vida.

Construiu-se assim um elemento no mínimo perturbador: a responsabilidade do Estado em gerenciar a organização da cidade ideal, abstrata pautada em modelos de civilização tidos como universais (o que já uma leitura particular da cidade ideal) sem o entendimento da natureza das diferenças sociais, em favor de suas adequações ao processo de homogeneização dos espaços. Os códigos de posturas foram instrumentos importantes nesse gerenciamento.

Esses instrumentos jurídicos, por sua vez, também possuíam algum caráter "ecológico", sem uma consciência ambiental, para organização do espaço, quando imbuídos da mentalidade pautada na teoria dos miasmas ou no pensamento higienista dos finais do século XIX e início do XX, como também, a sua maneira, tentaram garantir que um determinado modelo de cidade se sustentasse.

Contudo, não podemos falar nesse momento em desenvolvimento sustentável, mas sim, na insustentabilidade do desenvolvimento processado até então, baseado no sentido da natureza como uma cornucópia, fonte disponível e ilimitada de recursos, por um lado, e elemento ameaçador do progresso e do desenvolvimento, por outro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as características do modelo de desenvolvimento urbano a partir das primeiras legislações traçadas para a cidade de Aracaju entre os anos de 1855 e 1920 apresenta características peculiares, para entendermos de que maneira se construiu essa relação homem e meio ambiente em Aracaju. Ignacy Sachs evidencia a importância do conhecimento dos modelos ambientais e dos estilos de desenvolvimento empregados no passado como importante para que se defina uma perspectiva para o futuro. Assim,

[...] a perspectiva passa pela prática da história operacional no sentido braudeliano do termo. Para que se aprenda a resgatar os futuros possíveis, será preciso começar por demonstrar os múltiplos modelos do passado, onde população, recursos, energia, técnicas, ambientes e organizações sociais assumem múltiplas formas. (SACHS, 1986, p.11)

A relação sociedade e natureza é um tema bastante recorrente na atualidade, sobretudo quando observada sobre o impulso de manifestações de diferentes movimentos ambientalistas que tentam suscitar, cada qual a sua maneira, novas orientações acerca do comportamento do homem e de suas responsabilidades em tomo dos riscos que o planeta vem sofrendo decorrente dos problemas ambientais diretamente ligados à natureza, historicamente edificada de suas relações. Dentro de uma perspectiva urbana, as indagações têm se voltado na cidade de Aracaju atual para a seguinte pergunta: como integrar a questão urbana numa política de meio ambiente?

Na contemporaneidade, a cidade de Aracaju passa por uma reavaliação estratégica. O seu atual desenvolvimento urbano tem suscitado dúvidas sobre sua sustentabilidade, o que levou diversos gestores a elaborarem o "Plano de Desenvolvimento Estratégico: Aracaju + 10" (2003), em que aparecem estratégias de ações em diversos setores da sociedade com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cidade de Aracaju e do seu desenvolvimento. Muitas das discussões travadas nesse plano também constituíram preocupações dos primeiros gestores da cidade. Desse modo, analisar o primeiro modelo contribui para o entendimento de sua evolução.

* Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: SERCORE, 2000, v.1.
2. _____. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: SERCORE, 2002, v.2.
3. _____. *Esboço biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju: J. Andrade, 2003, v.3
4. _____. ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Brasil: Questões atuais da organização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
5. BARBOZA, Naide. *Em busca de imagens perdidas*: Centro Histórico de Aracaju 1900/1940. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.
6. BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In. SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. P. 01-24.
7. CAIDEN, Gerald E.; CARA VANTES, Geraldo R. *Reconsiderações do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
8. CAMPOS, José Aloísio de. As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju. *Revista de Aracaju*. n. 3, p. 123-143, 1949.
9. DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2ª ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.
10. FORTES NETO, José Bonifácio. *Evolução da Paisagem Humana da Cidade do Aracaju*. Aracaju: Regina, 1955.
11. LEITE, Rogério Proença de Souza. *Espaço público e política dos lugares: uso do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, SP, 2001, 391p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
12. NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Patrimônio arquitetônico e história urbana*. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
13. OLIVEIRA, Terezinha A. de. *Aracaju na história de Sergipe*. *Revista de Aracaju*, n.9, p.113 -125,2002
14. PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe: 1850-1930*. Aracaju: UFS, 1987.
15. PESAVENTO, Sandra Jatáhi. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf> Acesso em: 11/09/2005.
16. PORTO, Fernando de Figueiredo. *A Cidade de Aracaju: 1855-1865*. 2.ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.
17. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004
18. PLANO Estratégico de Desenvolvimento Aracaju + 10. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento/ Banco do Nordeste, 2003.
19. SACHS, Ignacy. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: _____. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. p.9-27.
20. SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: da Temática, dos autores e de suas idéias. IN: _____. (Org.) *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001. p 19-40
21. SANTOS, Fabrícia de Oliveira. "Higiene Saúde e Belleza": preocupações eugênicas nos periódicos de Aracaju 1910-1920. São Cristóvão, SE, 1999. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.
22. SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História do Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955.
23. SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDEC, 1992.
24. WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental!. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.
25. WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe: 1575 -1930*. Rio de Janeiro, GB: Pongetti, 1970.